

Equitação no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a configuração da vertente rural

Equestrian sport in Rio Grande do Sul: a study on the configuration of the rural dimension

PEREIRA EL, MAZO JZ, BATAGLION GA. Equitação no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a configuração da vertente rural. R. bras. Ci. e Mov 2019;27(2):155-175.

RESUMO: A pesquisa trata de compreender o desenvolvimento da vertente rural da equitação no estado do Rio Grande do Sul (RS) no período do século XX. A investigação ocorreu por meio da coleta em fontes, tais como documentos oficiais das associações hípcas e em jornais e revistas que circulavam a partir da metade do século XIX. As informações coletadas foram interpretadas por meio da técnica de análise documental. Os resultados da pesquisa demonstraram que, a partir do trabalho campeiro e rural no RS, são estabelecidas relações de interdependência com o fenômeno esportivo, as manifestações culturais e o mercado. Ao abordar uma das técnicas de trabalho rural, a prática do tiro de laço, bem como o seu deslocamento do campo para a cidade, tem-se, em um primeiro momento, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, valorizando-a enquanto uma manifestação cultural típica do estado. Em seguida, a organização da Federação Gaúcha de Laço, com a intenção de direcionar a prática do tiro de laço para uma disposição esportiva e de caráter profissional. Identifica-se que o elemento central na configuração estabelecida entre trabalho campeiro, cultura e esporte, no cenário da prática do tiro de laço, é representado pelo cavalo da raça crioula. De tal modo, emergem as competições do denominado Crioulaço, o qual parece contribuir para a legitimação do cavalo crioulo enquanto elemento-chave no arranjo configuracional do tiro de laço. Um processo de esportivização pode, ainda, ser identificado nas práticas equestres que compõem o Prêmio Freio de Ouro. Evidenciou-se que tais práticas possuem seus primórdios associados à lida campeira e, em um primeiro momento, apresentam finalidades mais próximas de uma noção de entretenimento, passando a manifestar elementos de esportivização em meados da década de 1950.

Palavras-chave: Equitação; Tiro de laço; Crioulaço; Movimento Tradicionalista Gaúcho; Esporte; História.

ABSTRACT: The research tries to understand the development of the rural dimension of equestrian sport in the state of Rio Grande do Sul (RS) in the period of the twentieth century. The investigation took place through the collection in sources such as official documents of equestrian associations, and printed sources, such as newspapers and magazines that circulated from the middle of the 19th century. The information collected was interpreted through the technique of documentary analysis. The results of the research showed that, based on the rural work in the RS, relationships of interdependence with the sport phenomenon, the cultural manifestations and the market. When approaching one of the techniques of rural work, the practice of shot of lasso with horse, as well as its displacement from the countryside to the city, the Gaucho Tradition Movement, has first valued it as a typical cultural manifestation of the state. Subsequently, the organization of the Gaucho Federation of Lasso, with the intention of directing the practice of shot of lasso with horse for a sporting and professional disposition. It is identified that the central element in the established configuration between rural work, culture and sport, in the scenario of the practice of shot of lasso with horse, is represented by the horse of the Creole race. In this way, the competitions of the so-called Creole Lasso emerge, which seems to contribute to the legitimation of the Creole horse as a key element in the configuration arrangement of shot of lasso. A process of sportization can also be identified in the equestrian practices that make up the Golden Bridle Award. It has been shown that such practices have their beginnings associated with the rural work, at first, present purposes closer to a notion of entertainment, beginning to manifest elements of sportsmanship in the mid-1950s.

Keywords: Equestrian sport; Shot of lasso with horse; Creole lasso; Traditional Gaucho Movement; Sport; History.

Ester Liberato Pereira¹
Janice Zarpellon Mazo²
Giandra A. Bataglioni²

¹Universidade Estadual de Montes Claros

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

O esporte – enquanto um fenômeno sociocultural – pode apresentar diferentes formas de manifestação, de acordo com o sentido e a modalidade da prática¹. No caso particular da equitação, é possível averiguar quatro vertentes no Brasil, quais sejam: a equitação terapêutica, a equitação de lazer, o hipismo clássico e o hipismo rural². Tendo em vista tal disposição, ressalta-se que, além de uma equitação de trabalho urbano como, por exemplo, no policiamento montado, e interurbano, como a equitação com fins de transporte, existe uma equitação acoplada ao trabalho rural e campeiro. É a partir desta atividade laboral que emergem, por exemplo, o tiro de laço e o Freio de Ouro, práticas que se baseiam nas ocupações realizadas nas estâncias, quando há a necessidade de capturar, isolar e/ou imobilizar um boi/novilha para cuidá-lo ou marcá-lo³. O tiro de laço e o Freio de Ouro, desse modo, se configuram como práticas que se apropriaram e reportam a tal atividade rural.

Faz-se pertinente ressaltar que, neste estudo, partiu-se do entendimento de equitação tal qual utilizada por Roessler e Votre⁴. Estes autores a definem como “atividade esportiva de competição e de lazer desenvolvida pelo conjunto ser humano/cavalo, sempre que o primeiro estiver sobre o dorso do segundo” (p. 25). Assim, essa prática equestre não se reduz apenas a exercício físico, mas é representativa de certos significados históricos e comportamentais, sendo compreendida como atividade social vinculada a inúmeros domínios da vida diária sul-rio-grandense⁵. De tal modo, “examinar o esporte, nas suas formas insólitas ou clássicas, implica penetrar na compreensão das expectativas e dos fascínios de uma determinada cultura”⁶ (p. 21).

As práticas equestres que compõem a vertente rural da equitação sul-rio-grandense constituem domínios socializadores que coexistem em uma relação de interdependência entre seus sujeitos, entidades e representações sociais. Ademais, configuram uma forma constante de relação, em função, principalmente, de suas origens e técnicas semelhantes, além da utilização do mesmo tipo de cavalo, a saber: o cavalo da raça crioula. Estes cavalos desempenham uma função significativa na cultura do Rio Grande do Sul por apreender-se que são, legitimamente, originados na região dos Pampas⁷ do Cone Sul (nome comumente relacionado à parte meridional da América do Sul).

Os primórdios da raça crioula remontam a um processo ao longo do tempo, em que os cavalos que fugiram dos primeiros bandos trazidos pelos espanhóis, no século XVI, começaram a se reproduzir espontaneamente nos campos argentinos, uruguaios e sul-rio-grandenses. Essa raça selvagem se constituiu como uma combinação das raças europeias e árabes, notadamente evoluída com a resistência ao ambiente característico da geografia local. A raça crioula foi reconhecida por meio da Lei nº 11.826 de 2002, como animal símbolo cultural do Rio Grande do Sul⁸, reforçando a representação cultural que o cavalo crioulo tem para o Estado. Tal iniciativa pode representar um incentivo ao cavalo crioulo como um capital cultural, mas, também, uma tentativa de impulsionar esta raça equina economicamente, evidenciando seu valor para o trabalho de lida campeira e lugar de realce no panorama mundial dos esportes equestres, valorizando-o, ainda, como capital econômico. Nota-se que as atividades desempenhadas junto ao cavalo possibilitam um amplo cenário a ser empreendido, tensionando este espaço em suas possíveis causas, efeitos, rupturas, permanências e apropriações, manifestas ou latentes.

Diante de tais considerações, a pesquisa trata de compreender o desenvolvimento da vertente rural da equitação no estado do Rio Grande do Sul no período do século XX. Essa pesquisa se limita ao Rio Grande do Sul, pois, no estudo de Mazo⁹, foi evidenciado que, desde as primeiras manifestações do fenômeno do associativismo esportivo no Estado, por volta da segunda metade do século XIX, as práticas que abarcavam a participação do cavalo já ocorriam em terras sul-rio-grandenses. No entanto, a pesquisa delimita-se, temporalmente, no século XX, pois é neste período que foi potencializado o processo de esportivização das práticas equestres no estado¹⁰. Uma construção temporal fez-se necessária a fim de respeitarem-se as constituições conceituais correspondentes a distintos tempos culturais. Assim, este estudo leva em conta o fator da temporalidade nas transformações vivenciadas pelas práticas equestres esportivas no

Rio Grande do Sul.

Nesta direção, parte da atual construção social passou pela convivência dentro das associações esportivas. O estudo da configuração das vertentes da equitação, assim, nos desvela uma realidade social e cultural que contribuiu para este processo no cenário esportivo sul-rio-grandense. De tal modo, procurou-se por indícios que apontassem para a relação dos agentes com as instituições específicas da vertente da equitação rural e do sistema esportivo formal – como associações, clubes, sociedades, federações e outros. Além de reconhecê-la no presente, pôde-se, assim, vislumbrá-la em um possível futuro, pensando na viabilidade de manifestação deste fenômeno na medida em que outros clubes, sociedades e associações são constituídos, os quais promovam práticas da equitação ou de diferentes esportes. Em função disso, contrariando uma coerência temporal, determinadas informações podem aparecer na escrita de forma recorrente, pois, em muitas ocasiões, tornou-se imprescindível a volta aos alicerces de composição do campo da equitação no Rio Grande do Sul, anteriores ao recorte temporal proposto no estudo, a fim de progredir na compreensão. Ainda cabe observar que uma questão feita à determinada realidade histórica proporciona respostas que se reformulam recorrentemente.

Neste cenário sócio-histórico, o estudo buscou, primeiramente, demonstrar que a técnica de trabalho campeiro de laçar um boi, no Rio Grande do Sul, apresentou duas apropriações distintas acerca do deslocamento do campo para a cidade. De um lado, encontra-se o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), o qual trata tal técnica como uma manifestação cultural e, de outro, está a Federação Gaúcha de Laço (FGL), que considera o tiro de laço enquanto uma prática esportiva. Em seguida, procurou-se averiguar outras práticas que, assim como a técnica de laçar, são inspiradas no trabalho campeiro; porém, têm uma finalidade basicamente econômica. Focou-se, em particular, nas provas funcionais que compõem o Prêmio Freio de Ouro^{1*}. Tais provas, a despeito de também desenvolverem, gradualmente, as propriedades de esporte moderno, não se configuraram como tal, em função de sua finalidade principal ser voltada para o comércio do cavalo.

A fim de interpretar o objeto de estudo, foram utilizados pressupostos teóricos alicerçados na perspectiva dos estudos históricos e socioculturais^{11,12}, estando a investigação norteada pelas noções de práticas, representações culturais e configuração¹³. Por intermédio do conceito sociológico de configuração, cunhado por Elias¹³, procurou-se demonstrar como as práticas equestres esportivas, no Rio Grande do Sul, podem ser analisadas enquanto processos sociais históricos, fundamentados não apenas em uma esfera coletiva, mas, também, nas atividades individuais. Considerou-se que indivíduos, por meio de suas disposições básicas – isto é, suas necessidades –, são orientados uns para os outros e vinculados uns aos outros dos mais diversos modos. Esses indivíduos, assim, estabelecem “teias de interdependência” que produzem “configurações” de muitos tipos: desde a família, passando pela noção de cidade, estado, e até de nações. O conceito de configuração pode ser aplicado onde quer que se constituam conexões e teias de interdependência humana, ou seja, em grupos relativamente pequenos ou em agrupamentos maiores. Assim, neste estudo, consideram-se, inclusive, as associações vinculadas à prática esportiva como uma configuração.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa aloca-se dentre aquelas que se propõem a pesquisar uma história de determinada prática corporal e esportiva. Faz-se relevante destacar e, simultaneamente, assumir a localização deste estudo no domínio¹⁵ da

^{1*} Enquanto um julgamento rígido e integral do cavalo da raça crioula, o Prêmio Freio de Ouro é dividido em duas etapas: parte 1 – Morfologia: em linhas gerais, é uma avaliação do padrão racial e do nível de enquadramento do animal aos padrões seletivos da raça. Parte 2 – Prova Funcional: segunda fase da competição, a parte funcional avalia o desempenho do animal em práticas derivadas das lidas do campo, dividindo-se em dois momentos: primeiro momento – Andadura, Figura, Volta sobre patas e esbarrada -, a Prova da Mangueira e a Prova de Campo ou Paleteada 1. Em um segundo momento, repete-se a Prova da Mangueira, ocorre a Prova Bayard-Sarmento e, por último, a Prova de Campo novamente ou Paleteada 2. Cabe mencionar, ainda, que uma possível versão para a origem da expressão “freio de ouro” estaria ligada aos cavaleiros asiáticos mongóis, os quais, segundo Rink¹⁴, denominavam as suas conquistas, metaforicamente, desta forma. Aos locais por eles conquistados, tais como alguns países da Europa Ocidental, era dito que recebiam o “freio de ouro”.

historiografia do esporte, aqui apreendida como uma investigação histórica¹⁶ que tem, como objeto de estudo, o que se refere ao tempo e aos espaços esportivos. Ao discutir peculiaridades de práticas equestres e reconstruir suas memórias no Rio Grande do Sul, esta pesquisa busca contribuir para o campo da História do Esporte. A investigação buscou guiar-se pelos paradigmas da História Social e da História Cultural como uma maneira de adaptar os princípios modernos da História Social e as assimilações pós-modernas da História Cultural. Uma vez que noções da História Cultural auxiliaram durante o processo de decodificação dos documentos históricos, procurou-se, durante a tessitura do texto, conforme preconiza Pesavento¹⁷, aliar a dimensão simbólica para a crítica das configurações dos arranjos sociais.

A pesquisa ocorreu por meio da coleta de fontes documentais impressas, tais como álbuns, discursos, atas e relatórios, além de correspondências oficiais, nas quais foram encontradas informações esclarecedoras sobre a fundação das instituições, seus presidentes, datas dos torneios, premiações, eventos hípicas, eventos sociais, entre outros. Ademais, foram coletadas informações por meio de jornais e as revistas que circulavam no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e, alguns, até a atualidade, quais sejam: Jornal Correio do Povo; Zero Hora; Jornal Diário de Notícias, Jornal A Época, Jornal O Momento, Jornal A Federação (estes três últimos acessados via Hemeroteca Digital Brasileira), Jornal Correio Mercantil, Jornal Diário Popular, Jornal Gazeta de Porto Alegre, Jornal A Plateia, Jornal Minuano, Jornal NH e a revista Panorama Equestre. Justifica-se a utilização de fontes que abarcam, também, um período anterior ao século XX, uma vez que se fez imperativo um confronto entre as mesmas, para as quais o objetivo do estudo suscitou interrogações que extrapolaram o recorte temporal previamente delimitado. Deste modo, a ampliação do período referente à constituição do *corpus documental* apresentou-se pertinente diante da demanda despontada, conforme preconiza Barros¹⁵.

A seleção das reportagens ocorreu por intermédio dos termos “equitação”, “tiro de laço” e “crioulaço”. As notícias veiculadas nos jornais foram classificadas a partir do editorial, da reportagem e do conteúdo. Este enfoque justifica-se pela estabilidade característica deste tipo de fontes, além da facilidade de acessá-las o número de vezes desejado. Também foram consultados o “Catálogo Esporte e a Educação Física na Revista do Globo”¹⁸, o livro Associações esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias¹⁹, que foi confeccionado a partir de um banco de dados com informações sobre as associações esportivas do Rio Grande do Sul, fundadas no período de 1867 a 2011, totalizando aproximadamente 1.000 instituições. Além disso, realizou-se revisão bibliográfica em livros, artigos, monografias, dissertações e teses, empregando como ferramenta de busca os descritores “Equitação” e “História”.

As fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental, conforme os termos descritos por Bacellar na obra organizada por Pinsky²⁰. Esta técnica de análise destaca, principalmente, três aspectos, a saber: a) Fichamento: realização da leitura e a anotação de informações e itens de identificação/referência presentes no documento, inclusive as partes incompreensíveis ou ausentes, empregando critérios para o registro e a disposição das informações em categorias; b) Análise propriamente dita dos documentos: contextualização das informações encontradas, considerando a conjuntura e o período histórico no qual o documento foi produzido; além disso, esta etapa inclui questionar e decifrar o texto a fim de buscar os significados que o circunscrevem, atentando para o fato de que certas imprecisões podem revelar interesses próprios de quem o elaborou; c) Cruzamento de fontes: comparação e articulação das informações obtidas a partir do conjunto das fontes coletadas, analisando, criticamente, como as suas partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o objeto de estudo²⁰. Nesta direção, procedeu-se a análise do *corpus documental*, isto é, o confronto das fontes impressas em articulação constante com a sociedade, com o tempo e com o espaço no qual a fonte se inseria. Para além de interpretar as fontes documentais coletadas, fez-se necessário considerar, constantemente, as conjunturas (sociocultural, política, econômica) vigentes, na época, no estado do Rio Grande do Sul.

No sentido de esquadrihar as evidências, fez-se uso do paradigma indiciário²¹, o qual sugere a produção do

conhecimento por meio de saberes indiciários, lendo e interpretando as pistas e os indícios das fontes. Diante de uma realidade opaca, afirma: “[...] há zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”²¹ (p. 177). Contudo, não são indicadas normas formalizadas com vistas a sua aplicação. Assim, procurou-se concentrar atenção não somente nos dados mais aparentes e visíveis das fontes, codificados verbalmente, na medida em que, em consonância com a História Cultural, se faz fundamental reconstruir sentidos atribuídos ao mundo, manifestos em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas, superando uma leitura superficial dos mesmos. Ao ter isto em vista, procurou-se construir uma História enquanto narrativa de representações do passado regional, elaborando uma versão plausível sobre a configuração da vertente rural da equitação.

O trabalho rural e campeiro no Rio Grande do Sul

Conforme Sá Brito²², poucas mudanças estruturais foram identificadas no trabalho campesino no contexto sociocultural e político-econômico do Rio Grande do Sul, embora adentrassem, no estado, elementos de uma modernização, especialmente a partir da década de 1920. Considera-se que a equitação, enquanto um capital cultural e tradição do estado, é tratada com significativo respeito por grande parcela da população, particularmente aquela envolvida com a lida diária campeira. Um perspicaz observador das atividades laborais, dos costumes e culturas dos sul-rio-grandenses, João Simões Lopes Neto, já evocara em “Correr Eguada”, um de seus “Contos Gauchescos”, que, no período de lutas de fronteira do estado, “tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cerca nem tapumes; as divisas de cada uma estavam nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas [...]”²³ (p. 28). Apesar de sua narrativa referir o começo do século XVI, o Rio Grande do Sul só começa a se articular às atividades econômicas do Brasil colonial mais de um século depois, com a conquista do gado xucro, cujo fim era a exportação de couro para a Europa, a qual era realizada por meio de Buenos Aires ou pela Colônia de Sacramento (constituída pela Coroa Portuguesa em 1680). É, contudo, no fim do século XVII, que estes rebanhos recebem valor no comércio nacional, pois passam a ter um mercado interno na florescente mineração da zona das Gerais, o que estimula paulistas e lagunistas (oriundos da região de Laguna) a adquirir o gado xucro, existente no Rio Grande do Sul, e a levá-lo à área de mineração²⁴.

A finalidade da Coroa Portuguesa era a de povoar as regiões que iam do sul de São Vicente até a Colônia de Sacramento e, neste sentido, o Rio Grande do Sul cumpria “uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata”²⁵ (p. 13). Isto fez com que, no início do século XVIII, a Coroa Portuguesa começasse a repartição de sesmarias aos tropeiros que se sedentarizaram e aos militares que se afazendaram, cunhando-se, assim, as estâncias de gado. Os conflitos militares em torno da Colônia de Sacramento, bem como as disputas referentes à demarcação de fronteiras, constituíram uma crescente militarização da região que, em 1760, foi alçada à condição de capitania com a denominação de Capitania do Rio Grande de São Pedro²⁴. Posteriormente, em um período de reorganização que se sucedeu, principalmente, após a Revolução Federalista (1893-1895), emergiu o alambrado^{2*} como grande reformador dos costumes e da vida sul-rio-grandense campeira. Além de reforçar a definição de fronteiras, o alambrado insurgiu enquanto um elemento invasor e de expansão, que mudou os contornos internos dos campos do Rio Grande do Sul²².

Deste modo, em poucos anos, este aramado modificou os campos, fixando divisas. Os fazendeiros cercaram a primitiva liberdade das vastas campinas por onde cruzavam livremente cavaleiros e animais; com o alambrado, estes campos foram divididos em piquetes, currais e bretes. Desta forma, a equitação vinculada ao trabalho estava atrelada, desde seus primórdios, em especial, à criação de gado. Importa ter em conta que a complexa tecnologia equestre utilizada neste tipo de trabalho no campo foi exportada para as Américas a partir de seu desenvolvimento na Espanha e

^{2*} Cerca feita de fios de arame, principalmente farpado, aramado²⁷.

em Portugal, no século XVII. De tal modo, estes métodos constituem a base do *know-how* do vaqueiro argentino, mexicano, o *cowboy* estadunidense e o brasileiro; dentre este último, a árdua vida campeira, aliada à audácia demandada do homem ao lidar com as forças da natureza, abalizaram a essência de um tipo social característico – o gaúcho^{24,14}. Conforme o antropólogo Ruben Oliven, o gaúcho é entendido como um tipo formado pela inserção do sujeito com o meio ambiente e pela sua experiência desde muito cedo com a guerra, “[...] socialmente um produto do Pampa, como politicamente é um produto da guerra”²⁶ (p. 11). É uma designação conferida às pessoas atreladas à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do Vale do Rio da Prata e do Sul do Brasil, notavelmente no bioma denominado pampa. Os típicos atributos do seu estilo de vida campestre teriam traçado uma cultura própria, provinda do amálgama da cultura ibérica e indígena, adaptada ao trabalho executado nas propriedades denominadas estâncias^{3*}.

Alguns hábitos antigos atrelados a este tipo de trabalho revelam algumas modificações a partir da década de 1920, cedendo lugar a então “vida moderna”. Estes novos tempos, assinalados por outras exigências sociais, apresentam alterações, como nas exterioridades do trabalho rural e campeiro; por exemplo, na indumentária utilizada, com bombachas e palas, e no material de encilha dos cavalos, tais como arreios prateados e outros detalhes. Contudo, as qualidades primordiais que caracterizam este tipo de trabalho não apresentam alterações significativas²². Talvez, isto esteja relacionado ao fato de que, na equitação, considera-se, como capital cultural, a equitação de trabalho rural e campeiro, a qual, conforme Jacques²⁸, alude à forma de andar a cavalo desenvolvida no continente sul-americano, em razão das características de um povo pastor em suas origens. Tal entendimento refere-se a uma equitação utilitária, coloquial, em que o seu alicerce é o uso dos recursos naturais como forma de sobreviver, especialmente na região, alcunhada de Pampa Platino, onde o cavalo crioulo desenvolveu-se como uma decorrência coerente de um complexo de circunstâncias ou de condicionantes de clima, solo e relevo.

Destarte, para garantir sua sobrevivência, cultivou-se o princípio do objetivismo utilitário nas práticas, técnicas e maneiras de se fazer e trabalhar na labuta campeira, isto é, conservaram-se e resistiram, ao tempo, os modos e os costumes que eram utilitários e econômicos no que se refere ao esforço e energia empregados. Por conseguinte, o que se apresentava como trabalhoso, provocando empenho excessivo, e não possuía um melhoramento natural, foi abandonado²⁸. Em função disto, grande parte da população sul-rio-grandense, particularmente aqueles envolvidos com a lida campeira, atuam com muita consideração à tradição, procedendo ao condicionamento a princípios e à esquematização de um legado e uma herança que se expandem aos descendentes, apoiando os pilares de uma cultura, segundo Jacques²⁸. Ao adentrar-se pela década de 1950, tem-se, inclusive, em reportagem do jornal *O Momento*, da cidade de Caxias do Sul, situada na serra sul-rio-grandense, o registro de Longhi²⁹ (p. 1), que relata um dia de trabalho campeiro de um peão de fazenda do Rio Grande do Sul, destacando, dentre outras tarefas, o momento de se laçar um bezerro, descrevendo brevemente a sequência tradicionalmente esquematizada desta técnica:

Quando está no campo, persegue o garrote^{4*} que foge... esporeia o pingo^{5*} encilhado à gaúcha^{6*}; vòa... agarra o laço dos tentos^{7*} e enfia-o nas aspas^{8*} do fugitivo, e, golpeia o animal, que cai na

^{3*} A expressão ‘gaúcho’ serve, também, para designar um tipo folclórico e um conjunto de tradições codificado e difundido por um movimento cultural incorporado em agremiações, instituídas com esse fim e conhecidas como Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Vale mencionar que, em países de idioma espanhol, como Argentina e Uruguai, esta expressão apresenta-se como *gaucho* (acento tônico no "a", diverso do português, cujo acento tônico é no "u"). O termo ainda é correntemente empregado como gentílico para designar os habitantes do estado do Rio Grande do Sul, o qual atribuiu esta denominação gentílica posteriormente à Revolução Farroupilha; todavia, também há gaúchos espalhados por outros estados da região Sul do Brasil, como Santa Catarina e Paraná, e também outros países como Argentina e Uruguai. É em função deste entendimento mais amplo do termo que, sempre que houve a necessidade de referir-se a pessoas, locais, etc., especificamente, do Rio Grande do Sul, empregou-se o termo ‘sul-rio-grandense’, a fim de não abrir margem para dúvidas a respeito da abrangência do termo.

^{4*} Bezerro entre dois e quatro anos²⁷.

^{5*} Cavalo bom, vistoso, fôgoso, bonito e corredor (do castelhano platino, “pingo”)²⁷.

^{6*} Equivalente à “À moda sul-rio-grandense”, o que reforça que a maneira de se encilhar um cavalo também era específica e compunha parte deste saber associado ao trabalho campeiro e rural do Rio Grande do Sul.

^{7*} As duas tiras de couro com que se amarra o poncho ao lombinho ou se prende qualquer objeto que se queira levar à garupa do cavalo²⁷.

volteada. Um sorriso sobranceiro, um olhar de vencedor ao vencido e ao pingo, um bravo. [...] Sim, é feliz o “peão da fazenda”²⁹ (p. 1).

Diante de um panorama de fortalecimento das manifestações de identidade sul-rio-grandense, percebe-se um movimento de valorização do tiro de laço como prática cultural típica do estado^{9*}, encabeçada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), na década de 1950. O ano de 1952 é apontado como um marco histórico devido à organização da primeira festa campeira na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul³⁰. Nas décadas seguintes, as festas campeiras, rodeios, se disseminaram pelo estado e, por sua vez, as competições de tiro de laço.

Tiro de laço: representações de uma prática cultural

O tiro de laço, desde o princípio da prática, manteve forte ligação com o MTG^{10*}, movimento cunhado em Porto Alegre, capital do estado, no final da década de 1940, distinguido pelo “tradicionalismo gaúcho”^{11*}. Ao ponderarmos sobre o MTG, é possível aludir à noção de “tradição inventada”, utilizada por Hobsbawm³¹ como um termo de amplo sentido. Desta forma, tem-se o tradicionalismo gaúcho enquanto uma tradição inventada, arquitetada e, convencionalmente, institucionalizada. Quando evidenciamos artigos divulgados, principalmente, no *Diário de Notícias*, nos anos 1950 e 1960, e conferências de seus iniciadores – Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva -, o movimento tradicionalista^{12*} não se encerra em tão-só um modo de manifestação folclórica. Conforma-se como um fluxo de convergências estéticas, especialmente na música, que confluem para um mesmo estuário cultural: o regionalismo gaúcho³².

Esse movimento organizado buscou uma recuperação de costumes e cultura de um conjecturado passado rural, instituindo práticas para serem revividas nas entidades designadas como Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)^{13*}. Nos CTGs, é possível observar atividades com distintas características, a saber: as práticas culturais ou artísticas, contemplando as danças, as declamações e trovas, bem como as leituras; e as práticas campeiras, onde estão localizadas as atividades ligadas ao trabalho com os animais e ao rodeio, no qual o tiro de laço pode ser citado como exemplo³². Enquanto as práticas culturais e artísticas são circunscritas pelo encontro frequente dos participantes para ensaios e apresentações nos bailes e fandangos, as atividades campeiras são caracterizadas pelo caráter competitivo. Para competir nos eventos, conforme o estatuto do MTG, os concorrentes precisam ter um Cartão de Identidade Tradicionalista, o qual é obtido por meio da filiação a um CTG³². Com respeito a essa situação, Kieling³² alude que muitos indivíduos realizam a filiação ao CTG apenas para adquirir o cartão e poder competir nos eventos. Por outro lado, a obrigatoriedade do vínculo, por meio do cartão, pode ser considerada como uma estratégia de fortalecimento dos CTGs, que emergiram no Rio Grande do Sul, com mais proeminência, no período pós-guerra.

Em 1948, em Porto Alegre, foi fundado o 35 CTG, primeiro centro de tradições gaúchas, cujo nome evocava a

^{8*} Chifres do animal²⁷.

^{9*} A despeito desta identidade, a prática do tiro de laço, uma configuração de competição a cavalo, não ocorre somente no Rio Grande do Sul, mas também é muito comum nos estados de Santa Catarina e do Paraná. Nesta prova, a prenda/o peão tem uma cancha de 100 metros para laçar um novilho que tenta escapar³³.

^{10*} A entidade MTG, de Porto Alegre, foi criada em 1966 e “dedica-se à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha, por entender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica”³⁴.

^{11*} Ao longo da concepção deste movimento, produziu-se um discurso que definiu práticas, comportamentos, condutas e sentimentos característicos tanto de homens quanto de mulheres, “peões/gaúchos” e “prendas”. Resolveu-se demarcar, assim, para as “prendas”, um espaço peculiar dentro do movimento, vinculado às atividades artísticas e culturais, como danças e culinária, práticas e técnicas que estariam em consonância com a ideia de corporeidade inferior da mulher e a sua feminilidade frágil, delicada, dócil, pacata e retraída vigentes no período³⁵.

^{12*} Contudo, já em 22 de maio de 1898, foi fundada uma primeira agremiação tradicionalista, o ‘Grêmio Gaúcho de Porto Alegre’, voltado para a promoção de festas, desfiles de cavalariáneos, palestras e outras atividades ligadas ao culto das tradições³⁶. Posteriormente, em 1925, há uma chamada, no jornal *A Federação*, do Grêmio Gaúcho convidando todos os sócios para assistirem à festa, que seria realizada em sua sede, em comemoração à batalha de Tuiuti e ao 27º aniversário de sua fundação, ocasião em que também procederia a eleição do presidente que deveria reger os destinos daquela associação no ano seguinte³⁷ (p. 2).

^{13*} Os CTGs consistem em “uma espécie de clube, em que os integrantes pagam uma mensalidade, de valor relativamente baixo em comparação com outros clubes, para participar de suas atividades”³² (p. 94).

Revolução Farroupilha deflagrada em 1835. Estabelecido, sobretudo, por alunos secundários procedentes das áreas pastoris, onde se exercia a pecuária em amplos latifúndios, serviu de exemplo a centenas de centros semelhantes, que se alastraram pelo Rio Grande do Sul e por outros estados³⁶. Um ano antes do 35 CTG ser instituído, os próprios jovens haviam organizado a seção de tradições gaúchas do grêmio estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, apontado, no período, como colégio-padrão. Entre sete e 20 de setembro de 1947, instituíram a primeira Ronda Gaúcha, que deu origem à atual Semana Farroupilha. À meia-noite de sete de setembro, antes da extinção do fogo simbólico da Pira da Pátria, tomaram, ali, uma centelha que, conduzida para o saguão do colégio, e serviu para acender a “Chama Crioula”^{14*}.

No mesmo ano, 1947, a Liga de Defesa Nacional (LDN) abrangeu, nos festejos da Semana da Pátria, o traslado dos restos mortais do general David Canabarro, segunda maior liderança da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento (onde ele fora estancieiro) para o panteão do cemitério da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre³⁶. Montados em cavalos cedidos pela Brigada Militar, oito jovens fundaram uma guarda de honra que escoltou o trajeto dos restos do herói farroupilha. Essa passagem é mencionada em testemunhos de tradicionalistas como um rito de passagem essencial e como mito de concepção do MTG. A maioria dos jovens era descendente de pequenos proprietários rurais de áreas pastoris, onde se sobressaía o latifúndio, ou de estancieiros em processo de descenso social. Sua presença na capital estava vinculada aos estudos. Ainda que cultuassem valores atrelados ao latifúndio, eles não pertenciam à oligarquia rural. Além disso, o movimento procurava restaurar valores rurais do passado; no entanto, seu embasamento estava, desde seus primórdios, na cidade.

Neste contexto, emerge uma organização da prática do tiro de laço nos denominados rodeios crioulos, eventos voltados para manifestações das tradições do campo. Consta, na Cartilha para Realização de Rodeios Crioulos³⁸ (p. 5), a seguinte afirmação: “acredita-se que esses eventos se proliferaram na busca das pessoas que migraram do campo para a cidade em trazer para o cotidiano um pouco de suas vidas na querência amada”. Para além de uma manifestação cultural de uma tradição dos campos sul-rio-grandenses, as primeiras disposições do tiro de laço, nos rodeios crioulos, adotaram o formato de torneios competitivos.

Não surpreende que configurações esportivas da prática do tiro de laço tenham surgido e possam ser identificadas já neste contexto, mesmo que não sejam assim denominadas. Em Esmeralda, na região denominada Campos de Cima da Serra, quando esta localidade ainda configurava um distrito da cidade de Vacaria, na década de 1950³⁹, mais precisamente em 1952, foi realizado o primeiro torneio de laço no Estado, com características competitivas, o qual originou os atuais rodeios em que são realizadas as provas de tiro de laço³⁰. Há uma versão que apresenta a origem da prática ligada à ideia de exercitar a habilidade de laçar o gado para a marcação por um grupo de peões que apresentava dificuldades com relação ao alvo e à pontaria no momento preciso de apanhar o animal.

Um dos organizadores do evento declarou, em uma reportagem, que, no início, poucas pessoas compareciam às provas. Contudo, os torneios foram se multiplicando pela região até disseminarem-se pelo estado. De tal modo, difundiu-se a prática do tiro de laço, um entretenimento e um esporte que, atualmente, congrega, conforme o MTG, 40 mil competidores e 1,2 milhões de pessoas. A alta temporada, que ocorre de novembro a maio, chega a contar com 40 rodeios mensais³⁰. As práticas e procedimentos de rodeio cristalizam na configuração de um jogo com elementos esportivos, práticas corporais e representações sociais construídas como técnicas e métodos de trabalho rural e campeiro⁴⁰. Vale lembrar que tais disputas fundamentam-se no que é realizado nas estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi/novilho^{15*} para cuidá-lo ou marcá-lo³ e, desta forma, apropriando-se de e reproduzindo tal atividade rural. Com a saída dos agropecuaristas sul-rio-grandenses para o restante do país, em busca

^{14*} No Rio Grande do Sul, usa-se a expressão “crioulo” para designar o que é nativo, original e puro, ou seja, oriundo do próprio estado.

^{15*} “Novilho” é um dos termos utilizados para o boi na idade entre um e seis meses.

de novos solos para plantar e criar rebanhos, esta prática, em sua configuração esportiva, foi alastrada e, atualmente, é conhecida, nacionalmente, como Laço Comprido³¹.

Em Porto Alegre é possível que a prática do tiro de laço, nestas configurações, tenha sido amparada e realizada, especialmente, na conjuntura do primeiro CTG, o "35 CTG"^{41,42}, embora não se localizem evidências do desígnio de um aparelhamento esportivo desta prática neste tipo de entidade. De acordo com Orreda⁴³, estas entidades foram criadas com o propósito de se difundir a cultura local, visando à preservação e divulgação tanto de práticas campeiras quanto de jogos artísticos tradicionais, além de *shows* populares no Rio Grande do Sul. Não se identificam, dentre as finalidades dos CTGs, a propagação esportiva ou processo de esportivização de qualquer das práticas campeiras e artísticas tradicionais. Todavia, observa-se uma paulatina incorporação de representações mais universais e assimiláveis ao grande público junto à prática do laço. É plausível que, em função deste processo de propagação de elementos globais e locais, a referência particular da prática corporal do tiro de laço, bem como suas representações sociais construídas apenas como procedimentos de trabalho campeiro, tenham sido esvaziadas. Intensificam-se, por outro lado, os deslocamentos de significado quanto ao rodeio, abarcando as suas codificações esportivas, embora este fim não se encontre aparente nestas primeiras iniciativas associadas a um movimento de valorização da cultura, identidade e tradições do estado.

Conforme Guazzelli⁴⁴, as manifestações de “identidade” sul-rio-grandense tinham que ser arquitetadas em esferas diferentes das políticas. Não por acaso, concomitantemente à mudança das remotas propriedades pecuárias – constituição por excelência da cultura do sul-rio-grandense – em enormes plantações mecanizadas, existiu, a partir da década de 1970, uma grande revalorização do folclore e das tradições culturais, com festivais de música nativa no estado. O afastamento do sul-rio-grandense e do ‘gaúcho’^{16*} era acompanhado de “nostalgia” deste ‘gaúcho’, produzindo “identidade” a uma população basicamente urbana que apresentava raras afinidades com o ancestral estilo de ser dos habitantes do campo. Em função disto, por exemplo, é que o MTG faz um comparativo entre os rodeios *country*^{17*} e o crioulo. Ao considerar o rodeio *country* como espaço de esportes competitivos que têm em vista a premiação, o MTG faz um contraponto com o rodeio crioulo, o qual, diferentemente, significaria uma manifestação das tradições do campo³⁷. A finalidade principal estaria em permitir uma convivência periódica entre os amantes dos costumes dos pagos, para reviver aquela infinidade de particularidades que tão bem determinariam o princípio de vida na querência^{18*}, bem como as manifestações culturais tradicionalistas gaúchas, como música, dança, gastronomia e jogos.

Rodrigues⁴⁶ compreende que não existe razão para introduzir esta prática na relação das manifestações culturais abrigadas pela Constituição Federal, em seu artigo 215, parágrafo 1º, já que não se estaria abordando uma expressão cultural original, tampouco oriunda de outra cultura que tenha colaborado para o processo de concepção de uma identidade brasileira. Isto porque, a cultura e a tradição dos rodeios teriam passado a compor a sociedade brasileira pela intensa relação estabelecida com a cultura estadunidense, por meio do bombardeamento dos meios de comunicação social com anúncios, longas-metragens e outras maneiras de transmissão dos costumes e práticas

^{16*} A respeito do uso das palavras “rio-grandense” e “gaúcho”, Gomes⁴⁵ apresenta uma discussão pertinente, ao conduzir o processo histórico da constituição simbólica do habitante característico do estado do Rio Grande do Sul, por meio da ressemantização de seus dois adjetivos gentílicos fundamentais, operado pela literatura local. Assim, a autora mostra que o termo “gaúcho” possui acepções socioculturais características que classificam e abalizam um grupo social, e que, ao expandir-se até ser tomado como “apelido regional” em substituição ao patronímico “rio-grandense”, necessitou percorrer um longo caminho pelo imaginário sociocultural até alcançar diferentes definições que comportassem sua adoção na sociedade sul-rio-grandense. Contudo, reiteramos que, neste estudo, optou-se por considerar ‘gaúcho’ como uma denominação atribuída às pessoas vinculadas à atividade pecuária em regiões de ocorrência de campos naturais do Vale do Rio da Prata e do Sul do Brasil, notavelmente no bioma designado ‘pampa’. É em função deste entendimento mais amplo do termo que, sempre que houve a necessidade de fazer-se menção a pessoas, localidades, etc. designadamente do Rio Grande do Sul, aplicou-se o termo ‘sul-rio-grandense’, para não abrir margem para ambiguidades a respeito da compreensão do termo.

^{17*} O rodeio *country* teve sua origem nos Estados Unidos da América, quando, em meados de 1800, os colonos estadunidenses, após vencerem a guerra contra o México, adotaram tradições de raízes espanholas, entre elas os festivais mexicanos e a doma de animais, constituindo, como resultado da união destas duas atividades, o rodeio. A primeira prova oficial ocorreu em 1869, na cidade de Colorado, no estado do Texas.

^{18*} Lugar ou paradeiro onde o gado habitualmente pasta ou come sal, ou onde foi criado⁴⁸.

daquela população. Entretanto, faz-se pertinente relatar, de acordo com Costa⁴⁷, que os rodeios brasileiros não seguem o padrão norte-americano tão à risca quanto parece. De acordo com a autora, “os rodeios brasileiros são um produto nacional, porém, ‘maquiados comercialmente’ para terem um ‘padrão norte-americano’”⁴⁷ (p. 10).

Para além da ideia supracitada, alguns elementos comuns ao esporte também são identificados na prática do tiro de laço promovida pelo MTG; afinal, o esporte apresenta ampla elasticidade semântica e proporciona disponibilidade para usos diversos¹. A própria denominação de “prova” de tiro de laço dentre as “provas campeiras” componentes dos rodeios crioulos já denota uma ideia de avaliação e competição. Outro aspecto a considerar é que o tiro de laço também é submetido a um regulamento detalhado, categorias e uma competição, com uma fase classificatória e outra final³⁷. Desta forma, considera-se que as representações do tiro de laço, enquanto uma manifestação cultural, não são opostas ou antagônicas às suas representações como prática esportiva, mas podem mostrar-se como aliadas para uma compreensão mais ampla da prática em si.

O Tiro de laço, dentre outras provas realizadas nos rodeios, adentra o século XXI com fortes indícios de esportivização da prática. Conforme o projeto de lei nº 271 de 2013, em seu artigo primeiro: "Considera-se atleta profissional o peão de rodeio cuja atividade consiste na participação, mediante remuneração pactuada em contrato próprio, em provas de destreza no dorso de animais equinos ou bovinos, em torneios patrocinados por entidades públicas ou privadas". E, no Parágrafo único: "Entendem-se como provas de rodeios as montarias em bovinos e equinos, as vaquejadas e provas de laço, promovidas por entidades públicas ou privadas, além de outras atividades profissionais da modalidade, organizadas pelos atletas e entidades dessa prática esportiva". Para além destas, outra evidência é a fundação da Federação Gaúcha de Laço.

Organização da Federação Gaúcha de Laço

Na década de 2010, identifica-se a intenção visível de legitimar o tiro de laço como um esporte equestre sul-rio-grandense por meio da organização da Federação Gaúcha de Laço (FGL). Esta prática passou, inclusive, a ser conformada à legislação esportiva brasileira, a qual preconiza que as federações, filiadas às confederações, é que são os órgãos de direção dos esportes em cada uma das unidades territoriais do país (Distrito Federal, Estados, Territórios)⁴⁹. Ter-se-ia, assim, uma regularização plena e profissional desta prática como um esporte. Apesar disto, o tiro de laço estava, até então, sob um regulamento – a Cartilha para Realização de Rodeios Crioulos, do MTG – que se mostrava afeito a uma representação de manifestação cultural, ao provir de uma entidade não direcionada a fins esportivos. Assim, procurou-se demonstrar que, entre estes domínios socializadores – trabalho, manifestação cultural e esporte -, constituídos por sujeitos e entidades em intensa e contínua interdependência entre si, e criando uma configuração entre os mesmos, é que são estabelecidos elementos de esportivização associados à prática do tiro de laço.

As provas de tiro de laço, ao consistirem em disputas que se fundamentam no trabalho rural e campeiro realizado nas estâncias, passam a ocorrer com a regulamentação de utilização do cavalo e uma corda de couro para perseguir e laçar uma rês por uma pista de 100 metros de distância. O tiro de laço, ao apresentar seus primórdios vinculados a uma equitação acoplada ao trabalho, portanto, exemplifica a transformação de uma cultura que, conforme passa por este processo, tem certos movimentos sustentados sob a configuração de jogos, compondo certo conhecimento e memória corporal. Diante de um processo de esportivização do tiro de laço e do rodeio - o torneio em que ocorriam estas disputas -, os praticantes locais ressignificam a prática de laçar a partir de categorias nativas do trabalho campeiro sul-rio-grandense⁴⁰.

Em meio ao desenvolvimento de seus elementos de esportivização, a prática do tiro de laço conseguiu um importante passo de consolidação, enquanto um esporte, ao passar por um processo de agenciamento^{19*} a partir da

^{19*} Neste estudo, compartilhou-se do entendimento de Damo⁵² acerca da noção de agenciamento, compreendendo-o enquanto a incorporação de uma

organização da FGL. No dia 11 de junho de 2013, no Parque Harmonia, em Porto Alegre, foi criada a entidade, com a finalidade de “[...] organizar, fortalecer, respeitar, assessorar, financiar e, principalmente, ser parceira daqueles que laçam e fazer desse esporte uma união entre o poder público e privado”⁵⁰. Em seguida de sua constituição, a entidade passou a buscar por mais adesões e adeptos para fortalecer-se⁵¹. Em função disto, o presidente, Cléber Vieira, como uma de suas primeiras medidas, passou a participar de reuniões em diferentes cidades por várias regiões do estado. Uma ideia, nesta direção, era, também, a organização de um torneio com etapas e rodeios pelo Rio Grande do Sul.

Apesar de Pimentel⁴⁰ apresentar o rodeio, em especial a sua versão internacionalizada, enquanto uma prática que manifesta o recíproco desenvolvimento entre o global e o local, e na qual se firma o seu aspecto esportivo mais evidente, o rodeio crioulo – denominação específica em que ocorrem as disputas de laço - constitui uma das formas habituais de rodeios brasileiros, na qual também já há uma revelação de um perfil esportivo. Percebe-se que, em uma ação de codificação esportiva do rodeio, identifica-se uma prática lúdica de domínio sobre animais campeiros, na qual está presente uma (re)memorização gestual do trabalho pecuário. O rodeio^{20*}, portanto, pode mostrar uma ambiguidade e imprecisão, uma vez que sua procedência cunha-se no trabalho pecuário, o qual, porém, produz vazão a momentos lúdicos de disputa entre peões.

A Lei nº 271, de 15 de outubro de 2013, instituiu o tiro de laço como um esporte símbolo do Rio Grande do Sul, declarando não haver outro esporte capaz de representar, com tanta fidelidade, os costumes e as tradições do estado⁵³. A prática do tiro de laço, em uma configuração esportiva, paulatinamente, foi ocupando diferentes ambientes no Rio Grande do Sul. A coordenação e diretoria deste esporte equestre foi adquirindo forças e legitimidade perante os sujeitos envolvidos na prática, além dos reflexos do atual Decreto nº 7.984, de oito de abril de 2013, que, dentre as suas normas gerais instituídas para o esporte, segue preconizando a existência de federações estaduais na estrutura administrativa nacional⁵⁴. Por conseguinte, tem-se um incremento da prática do tiro de laço, no Rio Grande do Sul, desde as associações pioneiras até a formação da federação, e mesmo após a instauração desta. Nesse caminho, com o estabelecimento de trocas entre campo/cidade, a memória e tradição rituais (dos gestos comuns à interação com o gado e que se deslocam do cenário do trabalho para serem incorporadas como lazer e esporte) acabaram por serem recriadas. Tal reinvenção relaciona-se com diferentes acervos característicos sobre como é rememorada ou mesmo idealizada e concebida a realidade campeira. Então, simultaneamente à maior espetacularização do rodeio, aproximadamente a partir dos anos 1990, conforme Pimentel⁴⁰, foram intensificados os processos de regulamentação dessa festa em um esporte formal.

A prática do tiro de laço, em uma nova configuração, pouco a pouco, foi ampliando sua ocupação em distintos espaços do Rio Grande do Sul. Uma das primeiras regiões de difusão do ideário e das ações da FGL foi a região da Campanha, no sudoeste do estado, abrangendo cidades como Bagé e Santana do Livramento, e demarcando fronteira com a Argentina e o Uruguai. Nestas localidades, os integrantes dos piquetes^{21*} demonstraram uma significativa adesão à entidade, incluindo-se no projeto de institucionalizar o tiro de laço como um esporte e apoiando a constituição da FGL⁵⁵. Talvez, a opção por iniciar o trabalho de divulgação da FGL pela região da Campanha justifique-se por este espaço configurar-se como uma das origens do tipo social vinculado à pecuária, oriundo do pampa: o gaúcho.

Conforme Oliven²⁶ registrou na obra intitulada “A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação”, o padrão que é arquitetado quando se abordam as tradições e conhecimentos relativos ao Rio Grande do Sul está predominantemente calcado no campo. Mais especificamente, este modelo construído está apoiado na região da

prática esportiva por uma agência (clubes, federações, Estado), a qual gerencia, organiza e controla política, administrativa e economicamente tal prática.

^{20*} Desde o Brasil Colônia, com atributos particulares de cada região, os rodeios estiveram presentes nas cidades durante festivais e, mais tardiamente, em arenas de tourada⁴⁰. Em 11 de abril de 2001, foi estabelecida a lei nº 10.220, definindo normas para a atividade de peão (atleta) de rodeio, oficializando, assim, os rodeios como esporte⁵⁶. Todavia, conforme Costa⁴⁷ (p. 7), embora não se possa desconsiderar a conjuntura de uma época, faz-se pertinente mencionar que a realização dos rodeios, com traços esportivos, já acontecia há muito tempo no país.

^{21*} Entidades tradicionalistas que são dedicadas às atividades campeiras²⁷.

Campanha e na figura do “gaúcho^{22*}”, enquanto um homem livre e errante que vagueia soberano sobre seu cavalo. Acrescente-se, a estas características, a interlocução privilegiada da natureza, como ela se descortina nas vastas planícies dessa área pastoril. É provável que tais circunstâncias tenham direcionado a escolha pelo trabalho de sensibilização à causa do tiro de laço enquanto um esporte por uma região de sul-rio-grandenses produtores da tradição do laço em seu espaço, isto é, no campo e na pecuária.

No panorama atual da atividade de criação e tratamento de gado, há indícios de uma conjuntura que também pode ter propiciado a ideia e a concretização da legitimação do tiro de laço enquanto uma prática esportiva por meio da fundação da FGL. O Brasil constitui um dos países em que o agronegócio do cavalo é um segmento de destaque na sociedade. O complexo da pecuária e do agronegócio equino, no país, movimenta, atualmente, cerca de R\$ 7,5 bilhões e gera cerca de 3,2 milhões de empregos diretos e indiretos⁵⁷. Desde a segunda metade do século XX, sobressaem-se, no agronegócio equino, os vários fornecedores de insumos, produtos e serviços para a criação, como medicamentos, rações, selas e acessórios, ferrageamento, veterinários e treinadores, transporte de equinos, ensino e pesquisa.

Uma vez que o segmento de equinos que participam de diversas atividades esportivas movimenta valores da ordem de R\$ 705 milhões e emprega cerca de 20.500 pessoas, com a participação estimada de 50 mil atletas⁵⁸, no complexo agropecuário, é presumível que este panorama tenha motivado, também, o processo de transformação do tiro de laço em uma prática esportiva. Além disto, por meio desta configuração, diferentes fontes de investimento financeiro, tais como apoios e financiamentos amparados pela legislação esportiva, por exemplo, poderiam passar a adentrar o espaço de organização do tiro de laço. Por conseguinte, uma intensificação no movimento e um acirramento de eventuais disputas arquitetadas no jogo simbólico poderiam ser identificados, neste meio, entre representações socioculturais mais afeitas à configuração do laço enquanto uma tradição restrita ao trabalho ou à sua configuração esportiva.

O agronegócio, no Brasil, ao apresentar um canal recreativo, por meio das mostras agropecuárias, bem como as festas e brincadeiras de peão, implanta e cultiva uma condição de espetáculo, a qual, gradualmente, também foi hibridizando o rodeio crioulo com alguns elementos esportivos universais. Este poderia ser mais um indício, o qual também pode estar relacionado, em intensa e contínua interdependência, com o caminho de transformação optado pelos sujeitos que compõem as instituições ligadas à prática do tiro de laço, ao manifestar seu processo de esportivização. Ao seguir o intuito de propagação do laço como um esporte, a região centro oriental do estado também foi abordada pelos componentes da FGL. Uma das cidades alcançadas, nesta região, foi Pantano Grande, onde a receptividade predominante manifestou-se pelo planejamento, por parte da prefeitura, de um projeto para a construção de um parque de provas para o município. Por meio desta iniciativa, seria possível concretizar uma etapa do almejado Circuito do Laço nesta cidade⁶¹. Já na região litorânea do estado, destaca-se o Parque de Rodeios Jorge Dariva, o qual conta com uma cancha onde o rodeio da cidade de Osório ocorre anualmente; contudo, em determinadas datas, este ainda é aproveitado para diferentes eventos de laço, em função da sua infraestrutura⁶².

Outro município que aderiu à proposta esportiva da FGL foi Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre. Especialmente por meio da prefeitura e da secretaria de turismo, juntamente com o sindicato rural da cidade, também se passou a almejar a realização de um rodeio do Circuito de Laço, enquanto uma ação da FGL para propagar a prática do tiro de laço⁶³. Ratificou-se que as ações da FGL, conforme previsto em suas determinações, sucederam-se, de forma

^{22*} A tradição, a memória e a historiografia regional tendem a representar e conceber seu habitante por meio de um único e singular tipo social: o gaúcho. Ainda que brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do país, conservando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai. Na constituição social da identidade do gaúcho brasileiro, portanto, existe uma referência e uma alusão constantes a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou e se teceu sua figura, cuja essência seria abalizada pela vida em amplos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a coragem do homem ao afrontar o inimigo ou as forças da natureza, a fidelidade, a reputação, etc.²⁶ As representações sobre o gaúcho, portanto, já agregadas ao senso comum, se fazem notar desde os relatos de viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire e Arsène Isabelle^{59,60}. Elas ainda estão presentes em uma ampla tradição literária que apresenta, como matriz, o livro “O Gaúcho”, publicado em 1870, no auge do romantismo, por José de Alencar, autor que, nunca tendo estado no Rio Grande do Sul, arquitetou e mitificou este tipo social denominando-o “centauro dos pampas”.

inicial, predominantemente por meio do poder público. Estas se constituíram em uma das principais formas de o domínio socializador do esporte atuar: por meio de um jogo simbólico, em torno de uma socialização no contexto da prática do laço. Este domínio era representado, neste caso, pelos atos da FGL, a qual é constituída por sujeitos que vislumbravam a transformação do laço em esporte como o melhor processo de desenvolvimento para esta prática. De tais tributários, havia uma pressão mútua com os sujeitos que não faziam parte desta entidade e que conjecturavam o laço apenas como prática utilitária de labor e de tradição cultural do Rio Grande do Sul, isto é, os integrantes e afeiçoados ao MTG. Em presença de uma eventual polêmica entre MTG e a FGL, alegada por Teixeira⁶⁴, esta questão, possivelmente, esteja mais relacionada a uma disputa pelo poder diante da prática, bem como por gerenciá-la, organizá-la e controlá-la política, administrativa e economicamente, do que de um jogo simbólico pela predominância de representações diferentes. Além disto, independentemente de representação enquanto uma manifestação cultural ou como um esporte, as disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, apresentam, como seu cerne, a sua realização predominantemente com cavalos crioulos, já que os animais desta raça possuem a peculiaridade de acompanharem os sul-rio-grandenses em seus trabalhos habituais de lida campeira.

Crioulaço: o reforço de uma identidade na prática do tiro de laço

A competição denominada Crioulaço, em sua própria concepção, parece contribuir para a legitimação do cavalo crioulo enquanto elemento-chave no arranjo configuracional do tiro de laço, uma vez que as disputas de tiro de laço, no Rio Grande do Sul, são realizadas, geralmente, com estes animais. A própria denominação do torneio em que ocorrem estas disputas – rodeio crioulo –, além de estar associada ao significado daquilo que é próprio do estado³⁶, também pode remeter ao imaginário^{23*} relacionado à raça crioula de cavalos. Em entrevista realizada com 1.200 sul-rio-grandenses, como parte de uma pesquisa de opinião pública executada pelo Segmento Pesquisas de Marketing⁶⁵, 55% dos entrevistados, ao responderem à pergunta “Se o Rio Grande do Sul fosse um animal, qual seria?”, mencionaram o cavalo. Ao justificarem sua opção, em geral, as características pertencentes ao cavalo, apontadas por tais indivíduos, remontam à representação histórica deste animal para o Estado junto às conquistas territoriais, guerras e trabalho de lida campeira, tais como “garra”, “força”, e, especialmente, “acompanhar o gaúcho^{24*} como símbolo de tradição” (p. 99).

Após oito anos da realização da referida pesquisa, percebe-se que o imaginário ligado ao cavalo crioulo, no Rio Grande do Sul, ainda estabelece articulações com os primórdios da contribuição deste animal para o estado, vinculados a batalhas e ao labor campeiro, apesar do emprego desta raça equina já ter se expandido para práticas com elementos de esportivização, conforme Sarmiento⁶⁶. Esse era o cavalo com o qual os povos dos pampas sul-rio-grandenses contavam para suas atividades. Com base nisto é que, provavelmente, foi instituído o Crioulaço, uma prova de tiro de laço com regulamento específico para uma disputa somente entre cavalos crioulos. Procurou-se mostrar que, ao conceber este formato de competição de laço, em que são permitidos apenas éguas e cavalos confirmados da raça crioula, a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC) também passa a adentrar, juntamente com o MTG e a FGL, em uma disputa de poder e em um jogo simbólico sobre esta prática.

A primeira prova do Crioulaço foi realizada, oficialmente, em 1992, na cidade de Cacequi, na região centro-ocidental do Rio Grande do Sul. Ambas as provas (Tiro de Laço e Crioulaço) fundamentam-se no que é realizado nas

^{23*} Compartilha-se do entendimento de imaginário de Pesavento¹⁷, a qual o compreende como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva.

^{24*} A figura do gaúcho, tal como se reconhece, passou por um extenso processo de elaboração cultural até apresentar o contemporâneo sentido gentílico de habitante do estado do Rio Grande do Sul²⁶. Abalizando uma história da expressão “gaúcho”, Augusto Meyer mostrou que ela não encerrou sempre o significado heroico que adquiriu na literatura e na historiografia regional. No período colonial, o habitante do Rio Grande do Sul era chamado de “guasca” e, posteriormente, de “gaudério”; este último termo tendo um significado pejorativo e acenando aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a existência rude dos coureiros e ladrões de gado. Tratava-se de nômades errantes e contrabandistas de gado em uma região onde a fronteira era bastante instável em função dos conflitos entre Portugal e Espanha. No final do século XVIII, eles são apelidados de “gaúchos”, palavra que traz a mesma conotação pejorativa até meados do século XIX quando, com a organização da estância, passa a constituir o peão e o guerreiro com um significado de louvor⁶⁷.

estâncias, quando existe a necessidade de imobilizar um boi para cuidá-lo ou marcá-lo³. O grande diferencial do Crioulaço é que esta prova, além de contar com a participação apenas de cavalos crioulos registrados na ABCCC, é disputada somente em duplas, e não individualmente, como uma das categorias existentes no Tiro de Laço. Não obstante, de uma interdependência entre práticas tão semelhantes quanto o Tiro de Laço e o Crioulaço, passa-se a identificar a elaboração de aspectos diferenciais que, diante da movimentação contínua e intensa de relações entre os sujeitos, entidades e animais envolvidos em ambas as práticas, estabelece pressões entre os mesmos. Conseqüentemente, tais forças, bem como um eventual equilíbrio momentâneo entre as mesmas, passam a abalizar um jogo simbólico presente e determinante em um processo de socialização das referidas práticas.

Ao longo do tempo, o Crioulaço tem conquistado numerosos praticantes e, na última final da prova, a qual é realizada, anualmente, no mês de janeiro, na cidade de Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, o número de participantes tem ultrapassado 600 competidores, todos devidamente qualificados nas provas de suas regiões. Tais características, bem como o tipo de prática cristalizada na configuração de jogo esportivo, conformam o Crioulaço como uma prática com representações sociais produzidas como técnicas de lide campesina, conforme Pimentel⁴⁰, porém sem um fim utilitário em sua configuração competitiva. Destarte, tanto as provas de Tiro de Laço como as do Crioulaço, desempenhadas sem um fim utilitário e pelo prazer em si na prática, são originadas da equitação sul-rio-grandense campeira e utilitária.

A ABCCC instituiu regras características para a competição entre conjuntos, envolvendo cavalos crioulos, pelo puro prazer do momento de laçar a rês. Para a prática, também se serve de uma cancha de 100 metros onde o cavaleiro espera, com seu laço preparado, o boi ser solto do brete. A partir disto, é preciso, então, laçar o animal pelos chifres antes da cancha acabar. Vence a dupla que alcançar o maior número de laçadas. Ou seja, laça-se a rês sem um fim utilitário, mas sim pelo simples prazer da atividade em si. Observa-se, tanto no Tiro de Laço como no Crioulaço, algumas das manifestações de características essenciais a uma noção de esporte. Pode-se identificar, assim, uma interdependência entre ambas as práticas do laço, a partir da qual as ações e experiências específicas de cada uma se interpenetram e formam um tipo de configuração. Esta, por sua vez, reforça identidades do(a) sul-rio-grandense e do cavalo crioulo, simultaneamente atreladas ao laço, mesmo que hoje em dia este seja praticado em forma de disputa na maioria dos estados. Ainda cabe a ressalva de que a ABCCC, enquanto uma associação destinada a “congregar os criadores da Raça Crioula” em torno da seleção e mercado destes cavalos⁶⁸ (p. 2), tenha, como um de seus objetivos, ao regulamentar esta prática, intenções mercadológicas.

Não foram apenas as práticas do Tiro de Laço e do Crioulaço que desenvolveram atributos esportivos. Outras práticas, também relacionadas à raça crioula e ao trabalho campeiro sul-rio-grandense, da mesma maneira, estenderam seus significados e passaram a evidenciar um intuito distinto daquele até então relacionado aos afazeres da lida rural. Este é o caso do Freio de Ouro, prática que é abordada no tópico que segue.

Elementos de esportivização com um fim utilitário: o Freio de Ouro

Os elementos de esportivização associados às práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro manifestam-se em um contexto em que os domínios socializadores do trabalho e do esporte passam a ser constituídos por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si. Ressalta-se que tais práticas equestres também estão relacionadas à raça crioula, uma vez que também se fazem presentes no trabalho campeiro dos pampas sul-rio-grandenses desde, pelo menos, o século XVI⁶⁹. Todavia, para além de seus elementos de esportivização, em determinado momento, passam a assumir uma finalidade utilitária distinta daquela até então constituída de um trabalho campeiro: um intuito significativamente atrelado ao mercado. Tratam-se das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, conhecido como “a maior e principal competição da raça de cavalos crioulos no país”⁷⁰ (p. 6), o qual já é promovido há mais de 30 anos

pela ABCCC, instituição fundada em 1932. Tais práticas incorporaram, no desenrolar do tempo, todas as propriedades de esporte moderno, adquirindo-as em meados do século XX, a partir de quando se destacam, no aspecto social do agronegócio equino no Brasil, as atividades de esportes e lazer⁵⁸.

A procedência desta, que é a prova da ABCCC mais importante, encontra-se na cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, no extremo sul do país e fronteira ao Uruguai, na década de 1970. Até este período, ocorriam somente exposições morfológicas. Uma vez preocupados com a funcionalidade do cavalo crioulo, alguns criadores da cidade estabeleceram a 1ª Exposição Funcional. As instalações eram simples e o número de participantes era limitado. O sucesso do evento, nos anos seguintes, chamou a atenção da ABCCC, pois esta nova prova combinava funcionalidade e morfologia. A partir de então, se pode começar a identificar um desígnio utilitário e prático para estas provas, as quais apresentavam finalidades para além do prazer em si pela prática, conforme preconizado por Elias e Dunning⁷¹ na composição de um esporte moderno.

As provas que constituem o Prêmio Freio de Ouro têm, por objetivo, além de difundir, promover e valorizar a raça crioula de equinos, selecionar animais⁷. Nesta triagem, é avaliada a morfologia, por meio da verificação do enquadramento do cavalo nos modelos da raça, e a sua funcionalidade, por meio da avaliação da atuação do conjunto ginete e cavalo em práticas que reproduzem os serviços de campo. Trata-se de provas que são mais direcionadas à avaliação do animal e visam ao melhoramento da raça equestre específica, valorizando a reprodução daqueles animais com maior destaque em sua atuação nestas disputas. Deste modo, não são realizadas apenas pelo prazer em si na prática e nem com o objetivo do trabalho campeiro. Ainda assim, as práticas equestres que compõem o Freio de Ouro apresentam a característica de estarem mais ligadas à população predominantemente rural, de vida campesina e de lida campeira.

Nesta direção, as práticas que compõem o Freio de Ouro apresentam características de um esporte moderno; contudo, não possuem, como propósito básico, um aspecto fundamental proposto por Elias e Dunning⁷¹ para a caracterização de um esporte moderno: a busca pelo prazer por meio da prática em si. Em detrimento disto, o que se identifica é um fim utilitário, a saber: o julgamento dos cavalos da raça crioula com o intuito de aperfeiçoá-la. Outro indício que reitera tal interpretação e consequente classificação é o fato das reportagens acerca do Freio de Ouro, quando presentes no jornal *Zero Hora*, por exemplo, estarem alocadas, quase que em sua totalidade, no interior do Caderno Campo e Lavoura, uma seção dedicada às notícias sobre o agronegócio, e não na seção destinada aos esportes. Por conseguinte, considera-se, neste estudo, que as práticas que constituem o Prêmio Freio de Ouro não se configuram como práticas esportivas, mas, sim, como práticas equestres com elementos de esportivização.

Outra competição semelhante existente é a do Bocal de Ouro, o qual se configura como a mais importante classificatória para a grande decisão do Freio de Ouro, apresentando as revelações da raça crioula⁷⁰. O Bocal de Ouro consiste em uma competição de conjuntos inéditos, que ocorre na cidade de Esteio, no Parque de Exposições Assis Brasil, a qual pode mostrar favoritos para a final do Freio de Ouro. Como uma das etapas mais concorridas para alcançar o grande título, é a mais almejada pelos criadores. Participam, desta etapa, quase 100 conjuntos estreantes nas pistas, metade deles composta por machos e a outra metade por fêmeas, os quais são definidos após sete meses de disputas em credenciadoras realizadas pelo Brasil.

De acordo com um dos presidentes com os quais a ABCCC já contou, José Luiz Laitano, a cada ano que passa, a competição cresce tanto em volume de participantes quanto na qualidade e preparo dos animais, demonstrando uma evolução da raça crioula. Conforme Vinícius Guedes Freitas, que é um dos responsáveis pelo julgamento dos machos, todos os anos, o nível dos competidores que disputam o Bocal de Ouro impressiona os jurados e espectadores, tanto na categoria morfológica quanto na categoria funcional. A opinião também é compartilhada por Eduardo Mógliá Suñe, que é um dos jurados das fêmeas, e que avalia que o crescimento técnico dos animais inéditos é sentido a cada ano que

passa e garante uma competitividade muito forte ao evento⁷². Para o grupo social envolvido com tais competições, a raça crioula representa, como nas palavras do atual presidente da ABCCC, José Luiz Laitano, “mais que uma raça, um estilo de vida”⁷³ (p. 2). Assim, é possível que a coexistência dos distintos domínios do trabalho e esporte, aliada a um fim econômico construído nos meandros da raça equina crioula, tenha produzido valores, referências e representações culturais específicas deste grupo social. Estas, provavelmente, desmembrar-se-iam conforme as distintas práticas associadas à raça.

Desde o estabelecimento da ABCCC, em 1932, está anotada, em seu regulamento, a missão de preservar e difundir a raça crioula, o que se tornou a direção que conduziu os atos de todos os que, de alguma forma, trabalharam pelo seu melhoramento. Por determinado período, a sua preservação significou a proteção da cocheira e a divulgação se dava pouco além da cerca, restringindo o seu desenvolvimento. Somente após alguns anos é que foi percebida a peça que se tinha em mãos a ser lapidada, segundo Laitano⁷³. Também era necessária uma vitrine onde os seus atributos recebessem visibilidade. Atualmente, em função do trabalho de gestores que se sucederam na gerência da entidade, segue-se buscando o mesmo intuito de difusão da raça, contudo de forma bem mais abrangente.

O Freio de Ouro, cunhado em 1982, colocou um marco na história da ABCCC, confirmando-se como um importante instrumento de seleção morfológica e funcional, assim como fundamental acontecimento da Exposição Internacional de Animais (Expointer)^{25*,73}. Nos últimos anos, inclusive, o cavalo crioulo vem conduzindo o alto faturamento das vendas de animais na feira. E isso se deve não apenas à sua inserção social, identificação cultural e exibição nos meios de comunicação social, mas, especialmente, à sua elevada qualidade para as práticas equestres. Têm-se, assim, indícios que reiteram a coexistência do domínio socializador do esporte em uma relação de interdependência com o contexto sociocultural mais amplo, em uma forma permanente e dinâmica em tal afinidade. Sem embargo, um domínio e uma instância socializadora, baseado no entendimento de Elias¹³, não está acima dos sujeitos, o que pode aludir que tal dinamicidade de relações estivesse atrelada à movimentação destes indivíduos por entre espaços esportivos, socioculturais e midiáticos vinculados ao cavalo crioulo e suas práticas.

A potencialidade da raça estabeleceu pilares que, atualmente, amparam outras importantes ações. Com investimento constante em qualidade e profissionalismo, tanto na gerência dos procedimentos internos quanto na gestão dos eventos e sistemas de avaliação, a associação conquistou confiabilidade e ampliou o alcance da raça. Atualmente, de acordo com Laitano⁷³, a ABCCC é responsável por mais de mil eventos por ano no país, aumentando cada vez mais o número de criadores e proprietários. Em um período de inconstância financeira, no qual o agronegócio se impõe como importante apoio econômico do Brasil, o cavalo crioulo é apresentado como oportunidade atraente de comércio. Apreciada pela seleção e distinguida pelas suas virtudes, a raça tem conquistado o “[...] novo usuário do cavalo, estabelecendo-se como ativo de mercado e como animal de companhia”⁷³ (p. 2). Percebe-se a inversão de significado e representações ao passar-se de praticante de um esporte equestre para um “usuário” de uma “mercadoria”, reforçando o cerne da relação com o cavalo crioulo como uma chance de negócio no cenário do Freio de Ouro e, auxiliando na compreensão das provas que compõem tal prêmio não como esportes, mas como práticas equestres que apenas apresentam elementos de esportivização.

Embora o trabalho no campo esteja no cerne dos primórdios das práticas junto ao cavalo crioulo, este serviço

^{25*} A tradição do Estado em feiras agropecuárias remonta a 1901. A primeira aconteceu em 24 de fevereiro, em pavilhões fechados, no Campo da Redenção (atual área do Parque Farrroupilha) e no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, denominada 1ª Exposição de Produtos do Estado. Nesta feira, foram expostos bovinos, equinos, suínos, produtos agrícolas e industriais, além de artesanato. Foi calculada a participação de 2.200 expositores e público de 67 mil pessoas, dados significativos para o período. Emergia, assim, a Exposição Estadual, embrião do que, 71 anos depois, seria a Exposição Internacional de Animais (Expointer)⁷⁴.

campeiro já não representa mais a única e exclusiva participação possível deste animal junto ao ser humano⁷³. Ainda que a lida no campo seja o alicerce do seu melhoramento, as pistas esportivas e trilhas de cavalgadas, por exemplo, abriram-lhe os caminhos do desenvolvimento, estabelecendo espaços nos quais a sua versatilidade, como animal de sela, foi avaliada e confirmada. Conforme Laitano⁷³, o cavalo crioulo faz parte da família e proporciona um movimento no qual ele é o centro e, em seu entorno, multiplicam-se amizades e boas relações. Tal afirmação remete-se à noção de *ethos*, enquanto um princípio profundamente ligado ao de *habitus*⁷⁵, e que permite auxiliar a compreender a adesão aos valores compartilhados pelo grupo social vinculado ao cavalo crioulo, pondo estes sujeitos (famílias, amigos, profissionais do meio equestre desta raça) em ação, podendo constituir, entre todos estes, inclusive, conforme termos utilizados em reportagens, uma nova “família”: a do cavalo crioulo. Tem-se, assim, a base da constituição de uma configuração cultural composta a partir deste tipo de cavalo, construindo identidades de um grupo social que comunga dos mesmos valores, referências e códigos culturais. Estes elementos culturais, por meio do arranjo configuracional que compõem, arquitetam um processo de socialização ancorado nas técnicas, na cultura e na memória corporal desenvolvidas no cotidiano do trabalho campeiro.

As palavras do atual presidente da ABCCC, segundo o qual possuem “orgulho de ser do cavalo”⁷³ (p. 2), estabelecem uma identidade de um grupo vinculado, entre si, sob a participação no panorama das atividades e práticas relacionadas a esta raça equina específica. Isto sugere a constituição de um jogo simbólico entre representações socioculturais de sujeitos que não pertencem ao grupo “do cavalo” e aqueles que pertencem; dentre estes, ainda é construída uma disputa simbólica dentre os sujeitos e entidades envolvidos nas diferentes práticas associadas ao cavalo crioulo. Pelos registros de reportagens, identifica-se que o desafio atual da associação é sustentar a produtividade desse cenário constituído – em que as origens do cavalo crioulo são fortalecidas, especialmente, por meio de representações socioculturais a ele vinculadas – e ampliar as possibilidades de adentrar novas práticas equestres e novos mercados, com perspectivas de difundir mais ainda a raça. Afinal, a despeito de novos destinos e aberturas de espaços a serem conhecidos e percorridos, preservar e propagar o cavalo crioulo segue constituindo o encargo principal desta entidade.

Considerações finais

A versão histórica construída por meio desta pesquisa sobre a equitação rural sul-rio-grandense tornou visível uma apropriação do trabalho campeiro por domínios culturais e, sobretudo, esportivos. Determinadas práticas desta lida do campo passam a ser configuradas com desígnios distintos do fim utilitário do trabalho, ajustando um espaço de pressões mútuas entre seus sujeitos. Este ambiente propiciou um jogo simbólico de socialização por meio de uma ressignificação do trabalho campeiro sul-rio-grandense.

A esportivização de certas práticas equestres emerge do que é desenvolvido dentro de um contexto de participação geral do cavalo em atividades de trabalho campesino. O tiro de laço é um exemplo muito representativo deste processo. No caso das práticas que compõem o Prêmio Freio de Ouro, por outro lado, a despeito de possuírem todas as características de um esporte moderno, ainda envolvem o elemento da seleção de animais e um consequente intuito vinculado ao mercado do agronegócio equino.

Uma prática equestre que representava momentos de lazer, como o Tiro de Laço, ao relacionar-se com o contexto sociocultural e político-econômico, passa a incorporar elementos de esportivização. O Freio de Ouro, embora também sustentasse representações de oportunidades de diversão e lazer, especialmente para a assistência, é composto de um importante elemento econômico e mercadológico para esta prática. Percebe-se, assim, que, entre o Tiro de Laço e o Freio de Ouro, há tanto rupturas como continuidades.

Dentre os domínios socializadores do trabalho, manifestação cultural e esporte, compostos por sujeitos e entidades, em clara e ininterrupta interdependência entre si e instituindo uma configuração entre os mesmos, são

constituídos elementos de esportivização vinculados à prática do Tiro de Laço. Perante uma eventual disputa entre MTG e a FGL, tal questão, provavelmente, esteja muito mais travada em virtude de uma contestação pelo poder ante a prática, isto é, pelo seu gerenciamento, coordenação e influência política, administrativa e econômica, do que a um jogo simbólico pela predominância de representações diversas.

No caminho de construção destas diferentes representações, é possível identificar que, diante de um deslocamento da prática do Tiro de Laço entre o trabalho do campo e a cidade, apresentam-se dois movimentos que avançam em sentidos opostos. Por um lado, para ser reapropriada do campo para a cidade, o MTG propõe um direcionamento desta prática de lida campeira para uma prática de manifestação cultural, isto é, uma transferência de um trabalho rural para uma cultura na cidade. Por outro lado, se apresenta uma reapropriação no sentido da cidade para o campo, por meio da atuação da FGL, a qual sugere um rumo em sentido oposto ao do MTG. Este processo se sucede de uma prática esportiva para uma prática vinculada aos elementos culturais, bem como de uma passagem de um esporte para uma prática complementada por noções culturais atreladas ao campo. Por fim, considera-se que a prática equestre envolvendo o laço, e baseada na participação de cavalos crioulos, apresentava objetivos mais próximos de uma noção recreativa, em um primeiro momento, até que os elementos iniciais de esportivização começassem a manifestar-se em meados da década de 1950.

Referências

1. Marques RFR, Almeida MAB, Gutierrez GL. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*. 2007; 13(3): 225-242.
2. Roessler M, Rink B. Esportes Hípicos. In: Dacosta L. (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEE; 2006.
3. Coelho DO. História do Tiro de Laço. *Raça Crioula, Pelotas*. 2003; 68: 37-48.
4. Roessler M, Votre S. O estado da arte dos esportes equestres no Brasil. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 1, Ponta Grossa: CHELEF; 2002.
5. Pereira EL. Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2016.
6. Sant'anna DB. Entre o corpo e a técnica: antigas e novas concepções. *Motriv*. 2000; 11(15): 1-6.
7. Gianluppi LDF, Bortoli EC, Schvarz Sobrinho R, Falcão TF, Silva TN. Agregação de valor em equinos da raça crioula: um estudo de caso. *Arch Zootec*. 2009; 58(223): 471-474.
8. Rio Grande do Sul. Lei nº 11.826, de 26 de agosto de 2002. Inclui o Cavalito Crioulo como animal-símbolo reconhecendo-o, juntamente com o Quero-quero, como o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado*, 2002 ago 27. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.826.pdf/> [25 jun. 2016].
9. Mazo JZ. A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. [Tese de Doutorado]. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto; 2003.
10. Pereira EL. As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização. [Dissertação de Mestrado] Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2012.
11. Burke P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2005.
12. Elias N, Dunning E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica; 1986.
13. Elias N. *O Processo Civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1994.
14. Rink B. *Desvendando o enigma do centauro: como a união homem-cavalo acelerou a história e transformou o mundo*. São Paulo: Equus Brasil; 2008.
15. Barros JD. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5. ed. Petrópolis: Vozes; 2009.
16. Melo VA, Fortes R. História do esporte: panorama e perspectivas. *Fronteiras, Dourados*. 2010; 12(22): 11-35.

17. Pesavento SJ. História & História Cultural. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2008.
18. Mazo JZ. Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo. Porto Alegre: PUCRS. 2004; 1 CD-ROM.
19. Mazo JZ, *et al.* Associações Esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias. Novo Hamburgo: Feevale; 2012.
20. Pinsky C. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto; 2010.
21. Ginzburg C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras; 1990.
22. Sá Brito S. Trabalhos e costumes dos gaúchos. [S.l.]: Editora Erus; 1950.
23. Lopes Neto JS. Contos gauchescos. 9. ed. Porto Alegre: Globo; 1976. (Col. Província).
24. Oliven RG. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. Rev Bras Ci Soc. 1989; 3(9): Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=228:rbc-09&catid=69:rbc&Itemid=399 [25 abr. 2016].
25. Pesavento SJ. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto; 1980.
26. Oliven RG. A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil nação. Petrópolis: Vozes; 1992.
27. Bossle B. Dicionário gaúcho brasileiro. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora; 2003.
28. Jacques BB. Registros da eficiência da equitação gaúcha: primeiros escritos. Jaguarão: Autor; 2008.
29. Longhi A. Peão da fazenda. O Momento, Caxias do Sul, 11 fev. 1950; 878: 1.
30. Grizotti G. Tiro de laço completa 60 anos no RS. G1. Repórter Farroupilha. 06/09/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/reporter-farroupilha/platb/2012/09/06/tiro-de-laco-completa-60-anos-no-rs/> [06 fev. 2018].
31. Hobsbawm E. Introdução. In: Hobsbawm E, Ranger T (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984.
32. Kieling BJ. A querência fabril: o tradicionalismo gaúcho entre trabalhadores de empresas metal-mecânicas de Caxias do Sul, da década de 1980 à de 2000. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2015.
33. Agronegócios Online – Agron. Mundo Agron. Cultura e Variedades. Tiro de Laço. Disponível em: <https://www.agron.com.br/publicacoes/mundo-agron/cultura-e-variedades/2014/07/09/040053/tiro-de-laco.html/> [06 fev. 2018].
34. Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. O que é MTG. Disponível em: http://www.mtg.org.br/pag_oqueemtg.php/ [27 abr. 2015].
35. Becker GL. Prendas e peões em um mundo em transição? A participação feminina nas práticas equestres do laço comprido. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Curitiba: Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; 2011.
36. Oliven RG. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. Rev Bras Ci Soc. 1991; 6(15). Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=222:rbc-15&catid=69:rbc&Itemid=399 [23 fev. 2014].
37. Feio RB. Grêmio Gaúcho. A Federação, Porto Alegre, 1925 mai 19; p. 2.
38. Costa LAG, Dargen ACSS, Leve C, Borges EFF, Osório FAA. Cartilha para a realização de rodeios crioulos. 2. ed. Vacaria: Ministério Público/RS; 2015.
39. Appio F. Tiro de laço. Vacaria: Câmara dos Deputados; 2010.
40. Pimentel GGA. Localismo e Globalismo na Esportivização do Rodeio. Rev Bras Ciênc Esporte. 2006; 28(1): 91-104.
41. Pereira EL, Silva CF, Mazo JZ. The Sportization Process of the Equestrian Practices in Porto Alegre, Brazil. Athens Journal of Sports. 2015; 2(3): 153-165.
42. Ferreira CD. 35-CTG: O pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. Porto Alegre: Martins Livreiro; 1987.
43. Orreda JM. MTG e CTG's, Movimento Tradicionalista Gaúcho e Centro de Tradições Gaúchas. Revista História em Debate; 1999.
44. Guazzelli CAB. Futebol em tempos de ditadura: o Rio Grande contra o Brasil. Aurora. 2010; 9: 84-102.

45. Gomes CRAS. De Rio-Grandense a Gaúcho: o Triunfo do Avesso. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2008.
46. Rodrigues IS. A atividade do rodeio no Brasil: direito à preservação da cultura versus dever de conservação e proteção da fauna e da flora. 2015. Disponível em: <https://inayberrodrigues.jusbrasil.com.br/artigos/155145930/a-atividade-do-rodeio-no-brasil/> [2018 fev 6].
47. Costa SP. Rodeios e Vaquejadas: o processo de construção de um novo esporte. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu/MG: ANPOCS; 2002.
48. Oliveira AJ. Dicionário gaúcho. 3. ed. Porto Alegre: AGE; 2005.
49. Brasil. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país [Internet]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 1941 abr 14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm/ [2016 jun 24].
50. Vieira C. Foi com este objetivo que fundamos a Federação Gaúcha de Laço. Federação Gaúcha de Laço. Junho/2013a. Disponível em: <http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home/> [2016 mai 01].
51. Grizotti G. Rodeio. Federação de laçadores busca adesões. G1 Globo, 25 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-dosul/reporter-farroupilha/platb/> [2013 jun 25].
52. Damo AS. Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005.
53. Rio Grande do Sul. Lei nº 271, de 15 de outubro de 2013. Declara o Tiro de Laço esporte símbolo do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial da Assembleia Legislativa, 2013 out 15. Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20131018-01-100000/EX20131018-01-100000-PL-271-2013.pdf/> [2018 fev 08].
54. Brasil. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. [2013 abr 8].
55. Vieira C. Bagé e Santana do Livramento. Federação Gaúcha de Laço. 29/06/2013b. Disponível em: <http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home/> [2016 mai 01].
56. Brasil. Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001. Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. Diário Oficial da União, 2001 abr 11. Brasília/DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10220-11-abril-2001-358253-publicacaooriginal-1-pl.html/> [2018 fev 08].
57. Almeida FQ, Silva VP. Progresso científico em equideocultura na 1ª década do século XXI. R Bras Zootec, 2010; 39(supl. especial): 119-129.
58. Lima RAS, Shiota R, Barros GSC. Estudo do complexo do agronegócio cavalo. Piracicaba: ESALQ/USP; 2006.
59. Saint-hilaire A. Viagem ao Rio Grande do Sul. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor; 2002.
60. Isabelle A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor; 1983.
61. Vieira C. Pantano Grande. Federação Gaúcha de Laço. 03/07/2013c. Disponível em: <http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home/> [2016 mai 01].
62. Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG. Disponível em: http://www.mtg.org.br/pag_oqueemtg.php/ [2018 fev 06].
63. Vieira C. Guaíba. Federação Gaúcha de Laço. 03/07/2013d. Disponível em: <http://www.federacaogauchadelaco.com.br/Home/> [2016 mai 02].
64. Teixeira M. Cultura ou esporte? Tiro de laço é alvo de polêmica envolvendo MTG e Federação Gaúcha de Laço. Pioneiro, Caxias do Sul, 08 abr. 2014. Caderno Cidades. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2014/04/cultura-ouesporte-tiro-de-laco-e-alvo-de-polemica-envolvendo-mtg-e-federacao-gauchade-laco-4468678.html/> [2016 mai 06].
65. Postais do Rio Grande do Sul: um olhar sobre o Estado com a razão e a emoção dos gaúchos. DCS. 2010; 2.
66. Sarmiento MLB. Uma época para celebrar e registrar na história. In: Teixeira AL. Cavalo Crioulo: o símbolo do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Viver no Campo; 2011.
67. Meyer A. Gaúcho, História de uma Palavra. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; 1957.
68. Estatuto da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Cavalo Crioulo. 19 jul. 2011. Disponível em: <http://www.cavalocrioulo.org.br/institucional/estatuto/> [2016 mai 06].

69. Teixeira AL. Cavalo crioulo: o símbolo do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Viver no Campo; 2011.
70. Pereira C. Campeões estreantes. Zero Hora, Porto Alegre, 2015 ago 31; 6-7.
71. Elias N, Dunning E. A Busca da Excitação. Lisboa: Difel; 1992.
72. Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos. Bocal de Ouro apresenta revelações da raça Crioula. Disponível em: <http://cavalocrioulo.org.br/busca?q=bocal+de+ouro/> [2015 out 15].
73. Laitano JL. Campo e Lavoura. Zero Hora, Porto Alegre, 2015 ago 18; Opinião: 1-8.
74. Uma história de sucesso. Expointer. Porto Alegre. [s.d.]. Disponível em: <http://www.expointer.rs.gov.br/conteudo/935/uma-historia-de-sucesso/> [2015 nov 23].
75. Elias N. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1997.